



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.014830/2020-71

1. DO OBJETO

1.1. Cessão de Uso, a título oneroso, de área medindo 97,26m², para exploração comercial de Posto de Atendimento Bancário, incluindo o funcionamento de caixas eletrônicos, situada nas dependências do Ministério da Educação, em Brasília/DF, conforme especificações e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

1.1.1. Os locais e metragens destinados à exploração comercial são os seguintes:

- a) Posto de Atendimento Edifício Anexo I - Térreo - 84,36 m²;
- b) Edifício Anexo II - 3º Andar - 1,05 m²;
- c) Edifício Sede - 3,45 m²;
- d) Térreo Anexo II - 8,40 m².

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

1.3. Constitui parte deste Projeto Básico:

- 1.3.1. ENCARTE "A" - Atestado de Vistoria;
- 1.3.2. ENCARTE "B" - Cálculos de Rateio.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.1. A cessão justifica-se pela necessidade de o Ministério da Educação dispor de um posto de atendimento próximo aos servidores, facilitando acesso às transações bancárias com maior agilidade, segurança e conforto. Cabe esclarecer que o Banco do Brasil é agente financeiro da União no qual se movimentam os recursos do Tesouro Nacional, sendo uma entidade estatal, estando, portanto, dentro do universo da Administração e que também é importante os seus serviços para o bom funcionamento e desempenho das atividades administrativas do MEC. Dessa forma, a Cessão encontra-se amparada pelo § 2º, do art. 11 do Decreto nº 3.725/01 quanto à permissão do funcionamento do posto bancário nas dependências deste Ministério.

2.2. Na avaliação dos espaços físicos, verificou-se que as áreas comportam a instalação do referido Posto Bancário - PAB e os Pontos de Atendimento Eletrônico - PAE, em localização de fácil acesso a todos os servidores, estagiários e prestadores de serviço, com a devida segurança, não acarretando problemas na movimentação de pessoas na estrutura física dos edifícios.

2.3. No que tange ao valor da área cedida foi feita pesquisa de preços junto aos órgãos da Administração Pública para obtenção do valor do m², a partir dessa pesquisa elaboramos o Mapa Comparativo de Preços posteriormente anexado aos autos (SEI 2335605).

2.4. Quanto às despesas de rateio, considerando que não houve nenhuma alteração da área cedida e permanecem as mesmas condições pactuadas no Contrato nº 14/2016, sugere-se, também, que

seja utilizada a mesma metodologia de cálculo de rateio do referido contrato, pois sua execução mostrou-se apropriada à Administração, sem nenhuma ocorrência negativa.

2.5. O prazo de vigência do presente contrato, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.6. Cumpre destacar que a exemplo dos Pregões Eletrônicos nºs 10/2018 e 02/2019 realizados por este Ministério, (processos 23000.010058/2018-02 e 23000.026019/2018-19), e que não se enquadraram às disposições da IN 5/2017, **por se tratar de cessão de área pública**, a presente contratação, smj, seguirá instrução processual semelhante, no que for cabível. Nesse sentido, as especificações e condições, ora estabelecidas, seguem as disposições do **anexo da Portaria nº 05, de 22 fevereiro de 2001, da Secretaria de Patrimônio da União** e demais legislação que rege a matéria.

2.7. O contrato de cessão de uso ampara a prestação dos serviços bancários, concedidos pelo Banco do Brasil S/A aos servidores deste Ministério, sendo que aquela instituição integra o Sistema financeiro nacional, sob a forma de sociedade de economia mista, fazendo parte da administração pública indireta vinculada ao Ministério da Economia, que auxilia na política de crédito do Governo Federal do Brasil, estando, assim, dentro do universo da Administração Pública.

2.8. A prestação de serviços bancários atende aos interesses do Órgão e dos servidores, de acordo com o prescrito no art. 12 do Decreto nº 3.725/2001:

Art. 12. Não será considerada utilização em fim diferente do previsto no termo de entrega, a que se refere o § 2º do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, a cessão de uso a terceiros, a título gratuito ou oneroso, de áreas para exercício das seguintes atividades de apoio necessárias ao desempenho da atividade do órgão a que o imóvel foi entregue:

I - posto bancário;

II - posto dos correios e telégrafos;

III - restaurante e lanchonete;

IV - central de atendimento à saúde;

V - creche; e

VI - outras atividades similares que venham a ser consideradas necessárias pelos Ministros de Estado, ou autoridades com competência equivalente nos Poderes Legislativo e Judiciário, responsáveis pela administração do imóvel.

Parágrafo único. As atividades previstas neste artigo destinar-se-ão ao atendimento das necessidades do órgão cedente e de seus servidores.

Art. 13. A cessão de que trata o artigo anterior será formalizada pelo chefe da repartição, estabelecimento ou serviço público federal a que tenha sido entregue o imóvel, desde que aprovada sua realização pelo Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, respectivos Ministros de Estado ou autoridades com competência equivalente nos Poderes Legislativo e Judiciário, conforme for o caso, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei e as seguintes condições:

I - disponibilidade de espaço físico, de forma que não venha a prejudicar a atividade-fim da repartição;

II - inexistência de qualquer ônus para a União, sobretudo no que diz respeito aos empregados da cessionária;

III - compatibilidade de horário de funcionamento da cessionária com o horário de funcionamento do órgão cedente;

IV - obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;

V - aprovação prévia do órgão cedente para realização de qualquer obra de adequação do espaço físico a ser utilizado pela cessionária;

VI - precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

VII - participação proporcional da cessionária no rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância do prédio; VIII - quando destinada a empreendimento de fins lucrativos, a cessão deverá

ser sempre onerosa e sempre que houver condições de competitividade deverão ser observados os procedimentos licitatórios previstos em lei; e

IX - outras que venham a ser estabelecidas no termo de cessão, que será divulgado pela Secretaria do Patrimônio da União.

2.9. A presente contratação enquadra-se como *cessão de uso oneroso* com inexigibilidade de licitação conforme previsão do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993 e de acordo com a douda CONJUR nos termos de sua Nota 01399/2020/CONJUR/MEC/CGU/AGU (SEI 2142193) em contratação semelhante.

2.10. A inviabilidade de competição e a consequente contratação direta justifica-se por ser o Banco do Brasil o operador da Conta Única do Tesouro Nacional, e existindo um posto de atendimento nas dependências do MEC possibilita segurança, agilidade e eficiência (evitando custos com deslocamentos) na realização de atividades e operações financeiras do Ministério da Educação. Também, a manutenção de um Posto Bancário do Banco do Brasil atende aos interesses dos servidores que mantêm contas para o recebimento de salários, e, desse modo, a facilidade de acesso direto aos serviços bancários, sem o deslocamento da Unidade, gera ganhos de tempo, eficiência e satisfação, em benefício indireto do Órgão. Assim, a cessão da área para o funcionamento de posto bancário tem por finalidade o atendimento das necessidades do MEC e de seus servidores, para o melhor desempenho das atividades públicas.

2.11. Assim, considerando que o motivo do BB ocupar uma área nas dependências do MEC é ele ser o operador da Conta Única do Tesouro Nacional, o que facilita a realização de transações financeiras pelo Ministério, assim como o pagamento de salários de servidores deste Órgão, observa-se que o funcionamento de outra entidade bancária no mesmo local não atenderia ao interesse deste Ministério e nem dos servidores. Ou seja, a interrupção dos serviços prestados pelo BB junto ao MEC traria graves prejuízos, com os inevitáveis transtornos advindos dos procedimentos de migração de correntistas, que redundariam em tarefas adicionais, culminando no comprometimento de considerável parcela de tempo, com perda de eficiência e satisfação, ou com a necessidade de deslocamento constante de servidores para resolver questões atinentes às suas contas bancárias, caso esses optassem por manterem seus recebimentos pelo BB. Em ambos os casos restariam prejudicadas as atividades do Órgão, em desatendimento ao interesse público.

2.12. Diante disso, evidencia-se a inviabilidade da realização de licitação, uma vez que essa não atenderia ao principal interesse do MEC ao manter uma agência bancária em suas dependências.

2.13. O órgão de Auditoria Interna do Ministério Público da União - MPU, em análise a caso semelhante, exarou o Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU Nº 095/2013, conforme se demonstra a seguir:

5. Quanto à modalidade de contratação, importar notar que o inc. VIII do art. 13 do Decreto nº 3.725/2001 determina que “sempre que houver condições de competitividade deverão ser observados os procedimentos licitatórios previstos em lei”, de modo que resta analisar em cada caso concreto se existe condições de competitividade capaz de satisfazer as necessidades da Administração. Caso contrário, a licitação será inviável e inexigível, consoante disposto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)

6. Assim, nas hipóteses de serviços bancários, a Administração deverá avaliar se no caso concreto a licitação será cabível e se atenderá os objetivos pretendidos ou se existem elementos suficientes e capazes de afastar a obrigatoriedade de licitação. **Há que se ter em mente que, de nada adianta despendar recursos humanos e materiais com uma licitação cuja vencedora seja uma entidade bancária que não tenha correntistas/usuários ou operações com o Órgão ou esse número seja extremamente baixo, de sorte que o interesse público não seria atendido. Nesse caso, a licitação seria ineficaz.** Aliás, o próprio número de usuários/operações também influenciará diretamente no interesse ou não dos fornecedores em atender ao chamado da Administração para a satisfação de sua necessidade de prover o Órgão e demais usuários das atividades de apoio necessárias ao desempenho de sua missão institucional, independente da modalidade de contratação. (grifo nosso)

7. Assim, dessume-se da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 3.725/2001 que poderá haver a contratação, por inexigibilidade, dos serviços bancários de apoio necessários ao desempenho das atividades do órgão, desde que demonstrada, em cada caso, a inviabilidade de competição. Dessa forma, a depender das circunstâncias de cada caso, poderá haver a cessão de espaço para mais de uma entidade bancária.

2.14. Cabe ainda ressaltar o entendimento exposto pela Advocacia-Geral da União, conforme manifestação consubstanciada no excerto do Despacho nº 594/2012 CJUSC/CGU/AGU:

2. Trata-se de consulta sobre possibilidade de inexigibilidade licitação para instalação de caixas automáticos bancários para atendimento das necessidades dos servidores e alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina.

3. Alega a Administração que a licitação seria um desperdício de tempo, pois não atenderia às necessidades dos servidores, sobretudo em face do regimento de internato ao qual se sujeitam os alunos-aprendizes, que não podem realizar operações bancárias durante a semana fora do aquartelamento, e, além disso, obrigaria a todos a migrarem suas contas para a instituição vencedora de eventual certame. Em razão disso, propõe a Administração possibilitar a todos os bancos credenciados para pagamento de pessoal a instalação de caixas automáticos no interior do prédio.

4. Com efeito, a inexigibilidade de licitação atende perfeitamente à situação descrita pela Autoridade administrativa. A licitação está fora de cogitação, pois não traria qualquer benefício para a Administração. Ora, só se licita quando há interesse subjacente a ser atendido. Licitar e contratar com qualquer instituição financeira a pretexto de atender a isonomia fulminaria de plano a própria razão de licitar. Desvinculada da necessidade que a sustenta, a licitação torna-se totalmente desmotivada pela simples possibilidade de não restar atendido o interesse que a precede e que é a sua própria razão de existir.

2.15. Ante todo o exposto, e considerando que *Desvinculada da necessidade que a sustenta, a licitação torna-se totalmente desmotivada pela simples possibilidade de não restar atendido o interesse que a precede e que é a sua própria razão de existir*, resta demonstrado que para a presente contratação a licitação é inviável e inexigível, consoante disposto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O objeto do presente Projeto Básico tem amparo legal na Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 (Administração de bens imóveis), Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 (Regulamenta a Lei 9.636 de 15/05/1998), Portaria nº 05, de 22 fevereiro de 2001, da Secretaria de Patrimônio da União (Regras para cessão); e no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A Cessão de uso deverá ser executada de acordo com a conveniência e a oportunidade do Ministério da Educação e de acordo com o horário convencional de funcionamento bancário, no Distrito Federal, e em compatibilidade com horário de expediente deste MEC.

4.2. A área cedida deverá ser utilizada pelo Banco do Brasil S/A, exclusivamente, para o funcionamento de um Posto Bancário e Caixas Eletrônicos, na forma disposta neste Projeto Básico.

4.3. O Ministério da Educação permanece com o domínio da área, objeto do presente Projeto Básico, podendo retomá-la a qualquer momento, e/ou recebê-la apenas ao término do prazo contratual, observado:

4.3.1. No caso de o Ministério da Educação necessitar da referida área antes do término da vigência contratual, deverá oficializar o Banco do Brasil S/A com antecedência de 30 dias corridos da data de vencimento mensal;

4.3.2. O Ministério da Educação poderá modificar a localização da área concedida por outra de igual tamanho e características semelhantes, quando necessário, em função da expansão, modernização das instalações de suas edificações, sendo que o pedido deverá ser oficializado ao Banco do Brasil S/A com antecedência de 30 dias corridos da data de vencimento mensal;

4.3.3. No caso descrito no item anterior, as reformas, reparos ou benfeitorias acessórias, necessárias à realocação, deverão ser submetidas à anuência prévia e orientação técnica e estética do MEC, e correrão às expensas do Banco do Brasil S/A, sem que isso implique em direito a qualquer tipo de indenização e/ou retenção;

4.3.4. No caso de o Banco do Brasil se desinteressar pela continuidade contratual, deverá se manifestar oficialmente com antecedência de 30 dias corridos da data de vencimento mensal, ou do encerramento do contrato.

5. DOS VALORES INDENIZATÓRIOS

5.1. O Banco do Brasil S/A indenizará, pelo total da área cedida, o valor mensal de R\$ 5.590,50 (cinco mil quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos) , nas condições estabelecidas neste item e nos termos justificados no item 2.4 deste Projeto Básico, tendo como base o valor médio do metro² de R\$ 57,48 (cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme cálculos constantes do Anexo "B" deste Projeto Básico;

| PRÉDIO | ÁREA CEDIDA |
|--|----------------------|
| Posto de Atendimento Edifício Anexo I - Térreo | 84,36 m ² |
| Ponto de Atendimento Eletrônico Edifício Anexo II Térreo | 8,40 m ² |
| Ponto de Atendimento Eletrônico Edifício Anexo II – 3º Andar | 1,05 m ² |
| Edifício Sede Térreo | 3,45 m ² |
| Total | 97,26 m ² |

5.2. O Banco do Brasil S/A-BB participará também, proporcionalmente, do rateio das despesas com água/esgoto, energia elétrica, manutenção predial, vigilância e limpeza, conforme cálculos constantes do Encarte "B";

5.2.1. Despesas com água/esgoto:

5.2.1.1. O rateio das despesas com água/esgoto será efetuado utilizando-se o percentual de 0,16% sobre o valor das faturas pagas pelo MEC no mês anterior ao da indenização pelo BB, conforme cálculo constante do Encarte "B".

5.2.2. Despesas com energia elétrica:

5.2.2.1. O rateio das despesas com energia elétrica será efetuado utilizando-se o percentual de 0,39% sobre o valor das faturas pagas pelo MEC no mês anterior ao da indenização pelo BB, conforme cálculo constante do Encarte "B".

5.2.3. Os valores das despesas de rateio **com água/esgoto e energia elétrica** variarão, mensalmente, conforme apurado nas respectivas faturas das concessionárias dos serviços.

5.2.4. Despesas com os serviços de manutenção predial:

5.2.4.1. O rateio das despesas com os serviços de manutenção predial será efetuado utilizando-se o percentual de 0,1284008%, aplicado sobre o valor mensal do Contrato nº 26/2017, conforme cálculo constante do Encarte "B" deste Projeto Básico.

5.2.5. Despesas com os serviços de limpeza e conservação:

5.2.5.1. As despesas com os serviços de limpeza da área cedida (**área interna**) serão realizadas pelo BB, contudo há o uso de áreas comuns, como portaria e banheiros. Para o rateio será considerado o percentual de 0,0033110%, aplicado sobre o valor mensal do Contrato nº 19/2016, conforme detalhado no Encarte "B" deste Projeto Básico.

5.2.6. Despesas com os serviços de vigilância e segurança

5.2.6.1. A segurança da área cedida (**área interna**) será executada pelo BB, contudo há o compartilhamento de área comum, como a portaria e banheiros. Para o rateio será

considerado o percentual de 0,0033110%, aplicado sobre o valor mensal do Contrato nº 10/2020, conforme detalhado no Encarte "B" deste Projeto Básico.

5.3. Resumo das indenizações, estimando-se os valores a serem percebidos pelo MEC, conforme Encarte "B":

5.3.1. **ÁREA CEDIDA**

| DESPESAS | ÁREA TOTAL | VALOR DO M² | VALOR MENSAL A SER INDENIZADO |
|---------------|------------|-------------|-------------------------------|
| Uso do Espaço | 97,26 m² | R\$ 57,48 | R\$ 5.590,50 |

5.3.2. **RATEIO DAS DESPESAS**

5.3.2.1. As despesas de rateio dos serviços de manutenção predial, limpeza e vigilância tiveram como parâmetro os índices e metodologia constantes do Contrato 14/2016 (SEI 0408835);

5.3.2.2. Os valores contratuais atualizados que são base de cálculo para apuração dessas despesas foram apurados a partir dos seguintes contratos:

- a) Serviços de manutenção predial - Contrato 26/2017 (SEI 0670525) mantido com a empresa Araújo Abreu Engenharia S.A.
- b) Serviços de limpeza - Contrato 19/2016 (SEI 0303990) mantido com a empresa Real JG Serviços Gerais Eireli
- c) Serviços de vigilância - Contrato 10/2020 (SEI 2005655) mantido com a empresa AC Segurança Eireli

5.3.2.3. Para a estimativa dos valores de água/esgoto e energia elétrica, utilizou-se respectivamente as faturas referentes aos meses de setembro e agosto de 2020 (SEI 2335620, 2335613), ressaltando que esses valores variarão de acordo com o consumo mensal.

| ITEM | DESPESAS | DESCRIÇÃO | BASE DE CÁLCULO R\$ | PERCENTUAL DE RATEIO | VALOR MENSAL A SER INDENIZADO R\$ |
|------|--------------------------------|---|---------------------|----------------------|-----------------------------------|
| 1 | Cessão da área de uso | Pagamento pelo uso da área cedida. | - | - | 5.590,50 |
| 2 | Água/Esgoto | Fornecimento de água e tratamento de esgoto em sua apuração mensal (Ed. Anexos). | 22.562,56 | 0,16% | 36,10 |
| 3 | Energia Elétrica | Fornecimento de energia elétrica em sua apuração mensal (Ed. Anexos). | 212.634,07 | 0,39% | 829,27 |
| 4 | Serviços de Manutenção Predial | Serviços de manutenção predial com a empresa Araújo Abreu (contrato 26/2017) ou seu substituto em cada mês executado. | 248.736,24 | 0,1284008% | 319,38 |
| 5 | Serviços de Limpeza | Serviços de limpeza com a empresa Real JG (contrato 19/2016) em sua aferição mensal. | 413.216,36 | 0,0033110% | 13,68 |
| 6 | Serviços de Vigilância | Serviços de vigilância com a empresa AC Segurança (contrato 10/2020) em sua aferição mensal. | 446.997,67 | 0,0033110% | 14,80 |
| | TOTAL ESTIMADO MENSAL | | | | 6.803,73 |
| | TOTAL ESTIMADO ANUAL | | | | 81.644,76 |

5.4. O Banco do Brasil S/A realizará o pagamento à vista e líquido, ou seja, isento de taxas, impostos ou tributos, a título de indenização mensal, pela cessão de uso da área total de 97,26 m², o valor de R\$ 5.590,50 (cinco mil quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos), mais o rateio das

despesas indicadas acima, perfazendo o valor total mensal de R\$ 6.803,73 (seis mil oitocentos e três reais e setenta e três centavos);

5.5. Os contratos acima indicados eventualmente findados serão automaticamente substituídos pelos contratos vigentes, com objeto idêntico, tendo seu valor devidamente ajustados;

5.6. A indenização pecuniária pela área cedida deverá ocorrer, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), cujo comprovante deverá ser entregue à fiscalização do MEC em até 3 (três) dias após sua quitação;

5.7. O pagamento das despesas com o rateio de água/esgoto, energia elétrica, vigilância e limpeza deverá ocorrer, mensalmente, até o quinto dia útil após a entrega, pelo MEC, das respectivas GRUs, cujos comprovantes deverão ser entregues à fiscalização do MEC em até 3 (três) dias após sua quitação.

6. DO REAJUSTE DOS VALORES INDENIZATÓRIOS

6.1. Os valores de que trata o item 5 do presente Projeto Básico serão atualizados de acordo com as seguintes condições:

6.1.1. **Valor da área cedida:** será fixo e irrevogável para os primeiros 12 (doze) meses de execução do contrato, sendo reajustado a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE - Grupo Habitação, ou outro que venha a substituí-lo, para o cálculo do reajuste, tomando-se como índice inicial o vigente no mês em que se iniciou o contrato, e o índice final o vigente no mês de devido reajuste, considerando sempre o interregno de 12 (doze) meses.

6.1.2. **Valores de água/esgoto e energia elétrica:** serão atualizados automaticamente quando ocorrer reajuste e/ou revisões das tarifas praticadas pelas concessionárias dos serviços, não sendo necessário qualquer tipo de alteração no contrato celebrado com o Banco do Brasil S/A, apenas aplicação do percentual de rateio sobre as respectivas notas fiscais/faturas.

6.1.3. **Valores com os serviços de manutenção predial, limpeza e vigilância:** serão atualizados automaticamente quando ocorrer a repactuação/reajuste dos contratos celebrados pelo MEC, não sendo necessário qualquer tipo de alteração no contrato celebrado com o Banco do Brasil S/A, apenas aplicação do percentual de rateio sobre o valor mensal do contrato.

6.1.3.1. Quando da ocorrência de repactuação/reajuste dos contratos acima citados, o MEC enviará ao conhecimento do Banco do Brasil S/A os respectivos valores atualizados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC

7.1. Ceder o espaço físico de forma a servir ao uso a que se destina e a garantir-lhe durante o tempo do contrato o seu uso pacífico;

7.2. Facultar ao Banco do Brasil S/A efetivar, sob seu custeio, as modificações e benfeitorias que julgar necessárias ao aproveitamento da área cedida em cessão de uso para instalação do posto de Atendimento Eletrônico/caixa automática bancária que constitui finalidade deste Projeto Básico, desde que não afetem a sua segurança e sejam atendidos os regulamentos do Ministério, podendo retirá-las, sem qualquer indenização ao MEC, em caso de rescisão, restituindo a área cedida nas condições originais, conforme Atestado de Vistoria ciente e rubricado entre as partes;

7.3. Fornecer ao Banco do Brasil S/A, caso esta solicite, descrição minuciosa do estado da área cedida no imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

7.4. Facultar ao Banco do Brasil S/A ou seus prepostos, o livre acesso à área, objeto do presente Projeto, nos períodos de funcionamento, assim como, quando necessário e com antecedência acordada, nos períodos fora do horário de funcionamento “do estabelecido”;

7.5. Manter entendimento cordial com o Banco do Brasil S/A, resguardando, entretanto, o interesse público e o bom nome do Ministério da Educação;

7.6. Proporcionar todas as facilidades para que o Banco do Brasil S/A possa desempenhar seus serviços dentro das normas definidas neste Projeto Básico;

7.7. Informar, mensalmente, ao Banco do Brasil S/A, o valor do rateio, proporcional, das despesas de água/esgoto, energia, manutenção predial, vigilância e limpeza;

7.8. Fiscalizar o objeto do presente Projeto, de modo a evitar o desvio de sua finalidade e a execução inconveniente e inoportuna, agindo no sentido de sanar eventuais irregularidades que ameaçam ou possam ameaçar a boa atividade do Ministério da Educação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A

8.1. Receber o bem cedido;

8.2. Usar a área, objeto deste Projeto, para o fim específico a que se destina, sendo vedado o empréstimo ou a cessão a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento do MEC;

8.3. Pagar, mensalmente, as despesas decorrentes da cessão de uso, de acordo com o convencionado no item 5 deste Projeto Básico, nas datas de vencimento fixadas;

8.4. Acatar todas as orientações do MEC, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

8.5. Implantar benfeitorias acessórias, sob a anuência prévia e orientação técnica e estética do MEC, às suas expensas, sem que isso implique em direito a qualquer tipo de indenização e/ou retenção;

8.6. Submeter ao MEC, para fim de aprovação prévia, qualquer alteração ou reforma ou reparo nas instalações concedidas;

8.7. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, dolosa ou culposamente, ao MEC ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes;

8.8. Dar integral cumprimento às disposições contidas neste Projeto Básico;

8.9. Respeitar as normas internas do MEC, respondendo por si, seus prepostos ou funcionários, notadamente quanto à execução e ao horário dos serviços, bem como quanto à permanência e circulação de pessoas no prédio;

8.10. Cadastrar e manter atualizado o cadastro de seus funcionários próprios, terceirizados, estagiários, prepostos e vigilantes, junto ao setor de fiscalização do MEC, bem como exigir o uso, por parte destes, de crachás ou cartões de identificação individual, exposto em local visível, com a finalidade de incorporarem-se as normas internas de segurança do MEC;

8.11. Responsabilizar-se, em casos de sinistros ocorridos nas dependências do Posto Bancário e caixas eletrônicos e suas áreas adjacentes, relacionadas com as suas atividades operacionais, pela segurança e indenização a terceiros, sem ônus, de qualquer espécie, ao MEC;

8.12. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

8.13. Durante a vigência do Contrato de Cessão, o Banco do Brasil S/A compromete-se a efetuar as suas expensas, as reparações ou consertos aos danos a que der causa, salvo os decorrentes da utilização e dos desgastes naturais da área cedida, bem como mantê-la em boas condições de conservação, higiene e limpeza;

8.14. Manter os caixas eletrônicos, instalados na área cedida, abastecidos com cédulas de dinheiro e em perfeito estado de funcionamento;

8.15. Restituir as áreas cedidas ao final da vigência do contrato, em idênticas condições às do recebimento, ficando obrigada a restabelecer o seu estado original, na hipótese de haver promovido benfeitorias que lhe tenham alterado as características;

8.16. Manter preposto aceito pelo MEC, para representá-lo quando da execução do Contrato.

9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da cessão, objeto deste Projeto, serão realizados por servidor da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, devidamente designado por meio de portaria, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.2. O Representante da Administração deverá acompanhar a execução do contrato, de modo a evitar o desvio de sua finalidade;

9.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência do presente contrato, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses;

10.2. Previamente à assinatura do contrato, a Administração realizará consulta para verificação da regularidade do Banco do Brasil S/A perante o SICAF, CADIN, CEIS e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução parcial ou total do contrato, ou descumprimento de quaisquer das condições pactuadas, garantida prévia e fundamentada defesa, fica o Banco do Brasil S/A sujeito às sanções previstas nos artigos 86 a 87 da Lei nº 8.666/93 e disposições constantes da Portaria/MEC nº 120/2016.

12. DA RESCISÃO

12.1. Considerar-se-á rescindindo o Contrato de Cessão a ser celebrado, independente de ato especial, retornando o imóvel à posse do MEC, sem direito ao Banco do Brasil S/A, a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, na ocorrência dos seguintes casos:

12.1.1. vier a ser dado à área cedida, no todo ou em parte, utilização diversa da que lhe foi destinada;

12.1.2. houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Cessão;

12.1.3. ocorrer renúncia à cessão ou se o Banco do Brasil S/A deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

12.1.4. ocorrer inadimplemento de cláusulas pactuadas;

12.1.5. houver, em qualquer época, necessidade de o MEC dispor, para seu uso, da área vinculada ao Contrato.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O Banco do Brasil S/A não poderá reivindicar ao MEC, em nenhuma hipótese ou sob qualquer pretexto, ressarcimento dos valores gastos pelas benfeitorias realizadas, ficando esclarecido que essas benfeitorias passarão a integrar o imóvel e o patrimônio do MEC.

13.2. Em nenhuma hipótese poderá o Banco do Brasil S/A veicular qualquer tipo de publicidade na área interna e/ou externa, salvo se houver prévia autorização do MEC.

13.3. O Foro competente para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente projeto e sua consequente contratação, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

13.4. Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Projeto Básico, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto 3.555/2000.

Simone de Almeida, Matrícula Siape nº 1556181 – Integrante Requisitante;
Carlos Cesar da Silva Gomes, Matrícula Siape nº 1495761 - Integrante Técnico; e

13.5. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo o Projeto Básico, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade da cessão. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

CÁSSIA MARIA DE SOUZA BARRETTO
Coordenadora-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar da Silva Gomes, Servidor(a)**, em 23/12/2020, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Almeida, Servidor(a)**, em 28/12/2020, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Barbosa da Silva, Chefe de Serviço**, em 29/12/2020, às 21:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Cassia Maria De Souza Barretto, Coordenador(a)-Geral**, em 30/12/2020, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2412278** e o código CRC **7034EBAF**.

1.